

Propostas de Atividades 1.2022

SEQUÊNCIA	N. PROPOSTA	DADOS DA PROPOSTA											ANÁLISE DA COORDENAÇÃO DE ENSINO	ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA		PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO AO CONAD										
		1. NOME DO PROPONENTE	4. NOME DA ATIVIDADE	5. RAMO	6. TIPO DE ATIVIDADE	7. MODALIDADE	8. CARGA HORÁRIA	9. ORIENTADOR PEDAGÓGICO SUGERIDO	12. OBJETIVO GERAL	13. EMENTA	14. PROFESSORES SUGERIDOS	15. ATIVIDADE FUNDAMENTADA EM BASES NORMATIVAS?		16. BASES NORMATIVAS QUE FUNDAMENTAM A ATIVIDADE	17. ATIVIDADE BASEADA EM EVIDÊNCIAS OU OPINIÕES?	18. Se proposta de lançamento de livro: NOME DO LIVRO	19. Se proposta de lançamento de livro: RESUMO	21. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	PARECER DA RESPECTIVA COORDENAÇÃO DE ENSINO	TEMA OFERTADO EM 2/2021?	PARECER PEDAGÓGICO	Atividade Acadêmica	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Carga horária	Estimativa de custos
36	78	OLIVEIROS GUANAIS DE AGUIAR FILHO	NOVAS TENDÊNCIAS DO CONCURSO DE PESSOAS E IMPUTAÇÃO PENAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL	MPF	Seminário	EAD Remoto	3	OLIVEIROS GUANAIS DE AGUIAR FILHO	Discutir o fundamento da imputação aos distintos intervenientes em um delito, bem como a imputação a pessoas físicas no âmbito de estruturas empresariais.	CONCURSO DE PESSOAS - PRINCÍPIOS DE IMPUTAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS EM ESTRUTURAS EMPRESARIAIS - COMPETÊNCIAS E DELEGAÇÃO - DEVERES DE PROCURAR CONHECIMENTOS	Ricardo Robles Planas - Professor Catedrático de Direito Penal da Universidade Pompeu Fabra em Barcelona (a ser convidado).	Não					Opiniões	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	não	A proposta, especialmente diante da carga horária sugerida, parece centrar-se na apresentação dos conceitos e de casos em concreto sobre a temática, sem a previsão de metodologias de ensino ativas. O formato de seminário adequa-se bem à natureza da atividade acadêmica.	NOVAS TENDÊNCIAS DO CONCURSO DE PESSOAS E IMPUTAÇÃO PENAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL	OLIVEIROS GUANAIS DE AGUIAR FILHO	Seminário EAD Remoto	3	R\$ 500,00	
43	142	DANIEL DE RESENDE SALGADO/LUIS FELIPE KIRCHER	TEORIA E PRÁTICA DA ATIVIDADE PROBATÓRIA	MPF	Curso	EAD Remoto	36	DANIEL DE RESENDE SALGADO/LUIS FELIPE KIRCHER	Discutir a teoria e a prática contemporânea dos contextos da atividade probatória, desde a descoberta dos elementos de informação à motivação das decisões judiciais, abordando aspectos do direito probatório.	Prova e verdade. Conceitos fundamentais, terminologia, funções da prova, contextos da atividade probatória. Direito à prova. Liberdade probatória. A prova como justificativa epistêmica. O contexto da descoberta. Investigação e método abduutivo. Meios de prova e meios de obtenção da prova - as técnicas. A estrutura do ANPP. A horizontalização do acordo: a isonomia negociativa a partir de um ambiente não verticalizado de entabulação do acordo. Técnicas de negociação. Princípios e valores da justiça restaurativa. O papel dos atores processuais na Justiça Restaurativa. Vantagens do encaminhamento de determinações.	daniel de resende salgado/luis felipe kircher/gustavo badaro/marta saad/janaina matida/daniel knjnik/jordi ferrer beltran/carmen vazquez/vladimir aras/vitor de paula ramos/frederico valdez/andrey borges de mendonça/yuri luz	Não					Opiniões	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico, com redução de 8h/a para debates	Aperfeiçoamento Teoria e Prática da atividade probatória realizado em 24/05 a 15/06/2021. Conteúdo disponível para acesso livre	A atividade foi ofertada em 2021, com o mesmo conteúdo e mesmos docentes. Sugere-se que o curso, se selecionado pela Coordenação de Ensino, seja ofertado na modalidade híbrida. O curso oferecido em 2021 configuraria a parte remota da atividade e se somariam à carga horária.	TEORIA E PRÁTICA DA ATIVIDADE PROBATÓRIA	DANIEL DE RESENDE SALGADO/LUIS FELIPE KIRCHER	Aperfeiçoamento EAD Remoto	24	R\$ 4.320,00	
44	143	DANIEL DE RESENDE SALGADO	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA: DISCUSSÕES PRÁTICAS E DOGMÁTICAS	MPF	Curso	EAD Remoto	32	DANIEL DE RESENDE SALGADO	Discutir na teoria e na prática a utilização de aportes da justiça restaurativa a partir dos acordos de não persecução penal e como podem servir de "porta de entrada" para justiça restaurativa, mantendo-se o caráter de não persecução penal.	A estrutura do ANPP. A horizontalização do acordo: a isonomia negociativa a partir de um ambiente não verticalizado de entabulação do acordo. Técnicas de negociação. Princípios e valores da justiça restaurativa. O papel dos atores processuais na Justiça Restaurativa. Vantagens do encaminhamento de determinações.	andrey borges de mendonça/isac barcelos/daniel de resende salgado/rafael rayol/monique checker	Não					Opiniões	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico, com redução de 8h/a para debates	Aperfeiçoamento Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) e Justiça Restaurativa realizado em 22/03 a 10/04/2021	A atividade foi ofertada em 2021, com o mesmo conteúdo e mesmos docentes. Sugere-se que o curso, se selecionado pela Coordenação de Ensino, seja ofertado na modalidade híbrida. O curso oferecido em 2021 configuraria a parte remota da atividade e se somariam à carga horária.	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA: DISCUSSÕES PRÁTICAS E DOGMÁTICAS	DANIEL DE RESENDE SALGADO	Aperfeiçoamento EAD Remoto	36	R\$ 4.320,00	
47	256	TANIA MARIA DE MATTOS BEZERRA	Introdução à Justiça Restaurativa	MPF	Curso	EAD Remoto	30	Procurador da República Thales Messias Pires Cardoso	Oferecer as bases teóricas e noções fundamentais sobre Justiça Restaurativa, visando sensibilizar servidores (técnicos e analistas) para o trabalho nos futuros núcleos de Justiça Restaurativa do Ministério Público.	A Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário foi instituída pela Resolução CNJ nº 225/2016. Em 31 de dezembro de 2019, uma nova resolução do CNJ (nº 300/2019) alterou a Política Nacional e previu a implantação da Justiça Restaurativa nas Tribunais Regionais Especiais e nas	Juiz Marcelo N. Salmaso (TI-SP); Juiz Egberto de Almeida Penido (TI-SP); João Salm (Chicago); Sabrina Paroli (Coordenadora Cursos/JR); Juiz Federal Osmane dos Santos; Ana Carla de Albuquerque; Katia Herminia Martins Lazaranon Roncada, Juiz Fed./Coord. CEJURE/JF-SP; Juiz Fed. Ernão Drummond de Camargo; Carla	Sim	- Resolução CNJ nº 225/2016, de 31 de maio de 2016, alterada pela Resolução CNJ nº 300/2019, de 31 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. - Resolução CNJ nº 253/2018, de 4 de setembro de 2018, que define a política				Evidências	Proposta aprovada, a aglutinar com as propostas "JUSTIÇA RESTAURATIVA: ESSÊNCIA BÁSICA, ASPECTOS PRÁTICOS E DOGMÁTICOS" (144) e "Atuação Autocompositiva e resolutiva na MPD: Aspectos	O curso será dividido em três ou quatro módulos, com duração aproximada de 2,3 horas. Os quatro professores indicados já confirmaram sua participação. Os organizadores já estão em contato com outros nomes para preencher as duas outras vagas. O e-mail do segundo orientador pedagógico é: galtienopaulino@mpf.mp.br	Projeto adequado, com formato (Aperfeiçoamento) condizente com o objetivo da atividade.	Ademais, as propostas "ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA: DISCUSSÕES PRÁTICAS E DOGMÁTICAS" (143) "JUSTIÇA RESTAURATIVA: INTRODUÇÃO, ESSÊNCIA BÁSICA, ASPECTOS PRÁTICOS E DOGMÁTICOS E ATUAÇÃO AUTOCOMPOSITIVA E RESOLUTIVA NA MPD: ASPECTOS PRÁTICOS E DOGMÁTICOS" (144) e "A Nova Lei de Improbidade Administrativa: aspectos materiais e procedimentais sob o enfoque constitucional" (145) são	Justiça Restaurativa: introdução, essência básica, aspectos práticos e dogmáticos e atuação autocompositiva e resolutiva na MPD: aspectos práticos e dogmáticos	Thales Messias Pires Cardoso	Aperfeiçoamento EAD Remoto	30	R\$ 16.200,00
48	148	Marcelo Malheiros Cerqueira	A Nova Lei de Improbidade Administrativa: aspectos materiais e procedimentais sob o enfoque constitucional. Curso teórico e prático sobre ONGs juridicamente qualificadas como OS e Oscips.	MPF	Curso	EAD Remoto	10	Marcelo Malheiros Cerqueira e Galtieno da Cruz Paulino	Examinar as alterações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa pela recente Lei nº 14.230/2021, tanto do ponto de vista material quanto processual, sob o enfoque dos princípios constitucionais da tutela da	1. Introdução, princípios e evolução normativa. 1.1 Conceito de improbidade administrativa. 1.2 Princípios constitucionais da tutela da probidade administrativa. 1.3. O sistema anticorrupção. Função. Evolução normativa. As Convenções Internacionais contra a Corrupção. 1.4. Direito administrativo sancionador. 1.5. Danos da	1. Marcelo Malheiros Cerqueira. 2. Galtieno da Cruz Paulino. 3. João Paulo Lordeiro. 4. Edilson Vitorrell. 5. A definir. 6. A definir.	Sim	Constituição de 1988. Lei 8.429/92, com as alterações efetuadas pela Lei nº 14.230/2021.				Evidências	Pela aprovação nos termos propostos	Projeto adequado, com formato (Aperfeiçoamento) condizente com o objetivo da atividade ("examinar"). Curso com a mesma temática foi ofertado em 2021, todavia a descrição do objetivo geral e da ementa, da proposta, revela um caráter mais teórico e abstrato do	A Nova Lei de Improbidade Administrativa: aspectos materiais e procedimentais sob o enfoque constitucional	Marcelo Malheiros Cerqueira e Galtieno da Cruz Paulino	Aperfeiçoamento Presencial	10	R\$ 67.000,00		
50	178	Luiz Antônio Ximenes Cbin	CURSO DE INOVAÇÕES DA LEI ANTICRIME	MPF	Curso	EAD Remoto	16	Luiz Antônio Ximenes Cbin	Apresentar as principais categorias da teoria do delito aplicadas ao direito penal econômico. Discutir importantes figuras dogmáticas, como a teoria do domínio do fato, à luz da	Curso teórico e prático sobre ONGs juridicamente qualificadas como OS e Oscips. Contratações com a Administração Pública. Estudo teórico e resolução de problemas na visão do Ministério Público Federal (extra ou judicialmente).	Procurador da República Luiz Antônio Ximenes Cbin	Sim	Legislação que rege as Organizações Sociais (e os Contratos de Gestão) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (e os Termos de Parceria). Alterações Normativas acerca do tratamento jurídico conferido às OSCIPs e OS. Lei nº 9.790/99, de 23 de março de 1999, que criou a primeira lei das OSCIPs e				Evidências	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo pedagógico. Pelo formato e carga horária apresentada, sugere-se a sua realização na modalidade presencial	Curso teórico e prático sobre ONGs juridicamente qualificadas como OS e Oscips. Contratações com a Administração	Luiz Antônio Ximenes Cbin	Aperfeiçoamento Presencial	16	R\$ 70.240,00		
52	182	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Crimes contra a ordem tributária	MPF	Curso	EAD Remoto	12	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Apresentar a teoria geral sobre os ilícitos penais tributários e os delitos específicos previstos na legislação especial e no Código Penal.	Crimes contra a ordem tributária: 1. Teoria Geral: 1.1 Ilícito administrativo x ilícito penal 1.2 Elemento subjetivo 1.3 Interdependência das instâncias 2 Crimes da Lei n. 8.137/90: 2.1 Art. 1.º e suas características; 2.2 Art. 2.º e suas características; 2.3 Art. 3.º e suas características. 3 Crimes do Código Penal: 3.1 Desvio de bens 3.2 1.º ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL: 1.1. LEGÍTIMA DEFESA; 1.2 MULTA; 1.3 TEMPO DE CUMPRIMENTO; 1.4 CONFISSÃO ALIENADA; 1.5 INSCRIÇÃO; 2. ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL: 2.1 JUIZ DAS GARANTIAS; 2.2 "DEFESA" NO INQUÉRITO POLICIAL DE AGENTES DO ART. 144	Andréa Walmsley Soares Carneiro	Sim	Código Penal, arts. 334, 168-A e 337-A e arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 8.137/90.				Evidências	COORD. ENSINO: PODE FICAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE, SE NECESSÁRIO	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo da atividade. Projeto adequado, com formato e carga horária apresentados, sugere-se a sua realização na modalidade presencial	Crimes contra a ordem tributária	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Aperfeiçoamento Presencial	12	R\$ 68.080,00	
53	184	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	CURSO DE INOVAÇÕES DA LEI ANTICRIME	MPF	Curso	EAD Remoto	12	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	APRESENTAR QUESTÕES DOUTRINARIAS E PRÁTICAS SOBRE O PACOTE ANTICRIME	1. LEGÍTIMA DEFESA; 1.2 MULTA; 1.3 TEMPO DE CUMPRIMENTO; 1.4 CONFISSÃO ALIENADA; 1.5 INSCRIÇÃO; 2. ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL: 2.1 JUIZ DAS GARANTIAS; 2.2 "DEFESA" NO INQUÉRITO POLICIAL DE AGENTES DO ART. 144	ANDRÉA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Sim	Código Penal e Código de Processo Penal				Evidências	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo da atividade. Projeto adequado, com formato e carga horária apresentados, sugere-se a sua realização na modalidade presencial	CURSO DE INOVAÇÕES DA LEI ANTICRIME	ANDREA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	Aperfeiçoamento Presencial	12	R\$ 68.080,00		
54	185	Artur de Brito Gueiros Souza	BRASIL 200: As ciências criminais no bicentenário da Independência	MPF	Seminário	EAD Remoto	8	Artur de Brito Gueiros Souza	Refletir sobre as transformações das ciências penais, considerando os fenômenos recentes de estímulos do País.	Crimes contra a ordem tributária: 1. Teoria Geral: 1.1 Ilícito administrativo x ilícito penal 1.2 Elemento subjetivo 1.3 Interdependência das instâncias 2 Crimes da Lei n. 8.137/90: 2.1 Art. 1.º e suas características; 2.2 Art. 2.º e suas características; 2.3 Art. 3.º e suas características. 3 Crimes do Código Penal: 3.1 Desvio de bens 3.2 1.º ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL: 1.1. LEGÍTIMA DEFESA; 1.2 MULTA; 1.3 TEMPO DE CUMPRIMENTO; 1.4 CONFISSÃO ALIENADA; 1.5 INSCRIÇÃO; 2. ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL: 2.1 JUIZ DAS GARANTIAS; 2.2 "DEFESA" NO INQUÉRITO POLICIAL DE AGENTES DO ART. 144	Artur Gueiros (Coordenador); Cibele Benevides; José Maria Panoeiro; Elisa Pittaro Neves; Juliana Câmara; Carlos Eduardo Japiassu; Claudia Barrilari; Fernando Galvão; Luis Claudio Consentino; Fernanda Ravazzano.	Sim	Código Penal e legislação penal especial.				Opiniões	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico. Sugere-se a realização em setembro, para celebração do bicentenário	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo pedagógico Sugere-se que a carga horária seja reduzida para 4h. A ser realizado em setembro, em celebração ao bicentenário	BRASIL 200: As ciências criminais no bicentenário da Independência	Artur de Brito Gueiros Souza	Seminário EAD Remoto	4	R\$ 500,00		
55	191	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	Teoria do delito no direito penal econômico	MPF	Curso	EAD Remoto	9	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	Compreender as principais categorias da teoria do delito aplicadas ao direito penal econômico. Discutir importantes figuras dogmáticas, como a teoria do domínio do fato, à luz da	1. Princípios fundantes do direito penal: as fontes legislativas do Brasil soberano. 2. A teoria geral da infração penal nos diplomas legais brasileiros. 3. As modalidades de sanções penais na História do Brasil. 4. Direito penal especial: as infrações econômicas desde a	Dr. Adriano Teixeira (LL.M.) Doutor (summa cum laude; Fakultätspreis 2017) e mestre (LL.M) em Direito pela Ludwig-Maximilians-Universität München (Munique, Alemanha), sob orientação do Prof. Dr. h.c. mult. Bernd Schönemann. Realizou estágio pós-doutoral na Humboldt-Universität zu Berlin, com bolsa de Ma. Janice Santin Doutoranda em Direito pela Humboldt-Universität zu Berlin. Mestre em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduada em Ciências Criminais e Segurança Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora convidada do Programa de	Sim	Constituição Federal, Código Penal, Lei de Lavagem de Capitais, Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, etc.				Evidências	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	O curso será dividido em três módulos, de 3 horas-aula (2 horas de exposição e 1 hora de debates), e realizado por três dias subsequentes, conforme o conteúdo exposto.	Projeto adequado, com formato (Aperfeiçoamento) condizente com o objetivo da atividade ("compreender")	Teoria do delito no direito penal econômico	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	Aperfeiçoamento EAD Remoto	9	R\$ 4.860,00	
57	193	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	A imputação objetiva e sua aplicabilidade prática	MPF	Curso	EAD Remoto	3	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	Introdução ao tema; - Delitos de lesão e delitos de perigo; - A imputação objetiva nos delitos de lesão (criação de um risco não permitido); - A imputação objetiva nos delitos de perigo (a realização do risco não permitido); - A imputação objetiva nos crimes federais (discussão de casos).	- Introdução ao tema; - Delitos de lesão e delitos de perigo; - A imputação objetiva nos delitos de lesão (criação de um risco não permitido); - A imputação objetiva nos delitos de perigo (a realização do risco não permitido); - A imputação objetiva nos crimes federais (discussão de casos).	Dr. Adriano Teixeira (LL.M.) Doutor (summa cum laude; Fakultätspreis 2017) e mestre (LL.M) em Direito pela Ludwig-Maximilians-Universität München (Munique, Alemanha), sob orientação do Prof. Dr. h.c. mult. Bernd Schönemann. Realizou estágio pós-doutoral na Humboldt-Universität zu Berlin, com bolsa de Ma. Janice Santin Doutoranda em Direito pela Humboldt-Universität zu Berlin. Mestre em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduada em Ciências Criminais e Segurança Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora convidada do Programa de	Sim	Constituição Federal e Código Penal.				Evidências	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	O curso será dividido em um módulo de 3 horas-aula (2 horas de exposição e 1 hora de debates).	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo pedagógico	A imputação objetiva e sua aplicabilidade prática	Pedro Melo Pouchain Ribeiro	Aperfeiçoamento EAD Remoto	3	R\$ 1.620,00	
59	--	Coordenação de Ensino MPF	Direitos Fundamentais e Vacinação	MPF	Curso	Presencial	16	Tatiana Dornelles	Capacitar o MP para repercussões criminais e coletivas a partir de tratamentos médicos	27/04 Manhã - Consentimento e o dever de esclarecimento (proposta 194)	27/04 Tarde - Debate técnico	Sim	Constituição Federal, Código Penal e Código Civil.				Evidências e opinativo	A atividades será presencial, mas alguns com alguns palestrantes além de se apresentando pelo Zoom aos presentes	Projeto adequado, com formato (Aperfeiçoamento) condizente com o objetivo da atividade.	Direitos Fundamentais e Vacinação	Tatiana Dornelles	Aperfeiçoamento Presencial	16	R\$ 70.240,00		
63	197	Sauveí Lai	Provas Digitais	MPF	Seminário	Presencial	6	Sauveí Lai	Introduzir e examinar as provas digitais no Projeto de Lei nº 4939/2020, cujo anteprojeto o proponente foi um dos dois co-autores. Esse tema já foi objeto de curso de capacitação dos	Introdução. Legislação internacional e normas técnicas. Visão panorâmica do novo Código de Processo Penal e do Projeto de Lei nº 4939/2020. Glossário do Projeto de Lei. Características da comunicação na Internet. Classificação dos dados digitais. Relevância dos metadados. Princípios. Conteúdo. Meio de obtenção de prova digital	Sauveí Lai, Promotor de Justiça do MPRJ, membro auxiliar do Procurador-Geral da República Pedro Borges Mourão, Promotor de Justiça do MPRJ	Sim	Novo Código de Processo Penal e Projeto de Lei nº 4939/2020, entre outras legislações internacionais e normas técnicas				Evidências	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo pedagógico Sugere-se, também, que a atividade, se selecionada pela Coordenação de Ensino, faça parte de um bloco de atividades (instituídas anexo ao Documento Final)	Direito Digital	Sauveí Lai e Alexandre Senra	Aperfeiçoamento Presencial	16	R\$ 70.240,00		
67	222	Thiago Pinheiro Corrêa	Processo penal e ciência: os limites e possibilidades do emprego de metodologias empíricas no âmbito do sistema	MPF	Curso	EAD Remoto	16	Thiago Pinheiro Corrêa; Vitor Souza Cunha; Lucas Thevenard Gomes	Capacitar os membros do Ministério Público da União para enfrentar os desafios concernentes ao emprego, no processo penal, de metodologias empíricas amparadas em estudos científicos por meio de métodos científicos	Processo penal e psicologia: reconhecimento fotográfico e pessoal. Processo penal e economia: análise comportamental da dinâmica decisória judiciária e análise comportamental do erro na Justiça Criminal. A atuação criminal do Ministério Público e ciência política	Susan Haack: Professora da Universidade de Miami. Fernando Leal: Professor Titular da FGV Direito Rio. Rachel Herdy: Professora de Teoria do Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro Steven Clark: professor de psicologia da Universidade da Califórnia em Riverside Carlos Pereira-Diretor Titular da Escola Brasileira de	Sim	Código de Processo Penal. Código Penal. Regulamentação infralegal dos procedimentos policiais, ministeriais e judiciais no âmbito do Sistema de Justiça Criminal.				Evidências	Pela aprovação nos termos propostos	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo pedagógico. Parte do conteúdo desta atividade é coincidente com a proposta de curso "Teoria e prática da atividade probatória", convém analisar a pertinência da dupla oferta	Processo penal e ciência: os limites e possibilidades do emprego de metodologias empíricas no âmbito do sistema de justiça	Thiago Pinheiro Corrêa; Vitor Souza Cunha; Lucas Thevenard Gomes	Aperfeiçoamento EAD Remoto	16	R\$ 8.640,00		
70	234	Natália Campos Matos	autônomos e a consulta prévia, livre e informada: estudo de caso sobre o laço de	MPF	Curso	EAD Assíncrono	6	Natália Campos Matos	Abordar temas relativos à proteção às mulheres, por meio de perspectiva internacional e estudo de caso	27/04 Manhã - Consentimento e o dever de esclarecimento (proposta 194)	28/04 Manhã - Debate Técnico	Sim	Convenção 169 da OIT e Constituição Federal de 1988.				Evidências	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	Projeto adequado, com formato e carga horária compatíveis com o objetivo pedagógico	autônomos e a consulta prévia, livre e informada: estudo de caso sobre o laço de	Natália Campos Matos	Aperfeiçoamento EAD Assíncrono	6	R\$ 3.240,00		
75	--	Coordenação de Ensino MPF	Perspectiva internacional da proteção às mulheres	MPF	Curso	Presencial	16	Tatiana Dornelles	Abordar temas relativos à proteção às mulheres, por meio de perspectiva internacional e estudo de caso	Introdução. Legislação internacional e normas técnicas. Visão panorâmica do novo Código de Processo Penal e do Projeto de Lei nº 4939/2020. Glossário do Projeto de Lei. Características da comunicação na Internet. Classificação dos dados digitais. Relevância dos metadados. Princípios. Conteúdo. Meio de obtenção de prova digital	Juizas Alegias, AMB, Vivian Holzacker, Clara Motta...	Sim	Constituição Federal, Código Penal e Código Civil.				Evidências e opinativo	Para o Seminário de Abertura, sugere-se que haja vagas adicionais para interessados que não farão o curso (por meio de processo seletivo paralelo)	Projeto adequado, com formato (Aperfeiçoamento) condizente com o objetivo da atividade. Aproveitar o primeiro módulo da atividade acadêmica (Estudo de caso: Magistradas Alegias) e torná-lo um Seminário de Abertura da Atividade com mais mulheres, com Edital de	Perspectiva internacional da proteção às mulheres	Tatiana Dornelles	Aperfeiçoamento Presencial	16	R\$ 70.240,00		
83	231	GALTENIO DA CRUZ PAULLINO	TÉCNICAS AVANÇADAS DE INVESTIGAÇÃO - 2.ª edição	MPF	Curso	EAD Remoto	27	GALTENIO DA CRUZ PAULLINO	Proporcionar o aperfeiçoamento de membros e servidores no campo da investigação criminal, especialmente a voltada ao combate à criminalidade organizada, por meio do	27/03 Manhã (8h-12h) - Exame de Testemunha sem rosto. Ação controlada. Infiltração de agentes. Custódia e análise de dados oriundos de aparelhos eletrônicos apreendidos por ordem judicial. prova digital no combate ao crime organizado. Quebra Telemática de Whatsapp e sua utilização noLuis	Juizas Alegias, AMB, Vivian Holzacker, Clara Motta...	Sim	-Política de Gestão de Riscos do Ministério Público da União - Portaria PGR 78/2017 - Lei Federal 12846/2013 - Decreto Federal 8420/2015 - Lei Federal 12334/2010. - Constituição Federal de 1988, em especial arts. 21, VIII, e 225 -Política Nacional de Recursos Humanos - Lei Federal 9432/1997 - Política				Evidências	Não foi possível colocar o currículo dos palestrantes em razão da limitação de caracteres.	Como se trata de um módulo 2 do tema, pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico.	Projeto adequado, com formato (Aperfeiçoamento) condizente com o objetivo da atividade. O curso ofertado em 2021 possui conteúdo programático diferente desta proposta. Sugere-se, também, que a atividade, se selecionada pela Coordenação de Ensino, seja ofertada em conjunto com o curso "Teoria e prática da atividade probatória", convém analisar a pertinência da dupla oferta	TÉCNICAS AVANÇADAS DE INVESTIGAÇÃO - 2.ª edição	GALTENIO DA CRUZ PAULLINO	Aperfeiçoamento EAD Remoto	27	R\$ 15.580,00	
85	250	Sandra Akemi Shimada Kishi	Direito de Desastre Ambiental: prevenção do risco. Valoração do Dano Ambiental. Papel Estratégico do Ministério	MPF	Curso	EAD Assíncrono	30	Sandra Akemi Shimada Kishi	Contribuir com a contextualização e pragnatização do Direito de Desastre Ambiental no Brasil a partir da análise de casos reais replicáveis de prevenção, mitigação e adaptabilidade a	Direito de Desastre. Tipos de Desastres. Risco. Dano Ambiental. Poluição. Valoração. Prevenção. Resposta. Mitigação. Gestão de Riscos. Crise. Meio Ambiente. Mudanças Climáticas. Segurança Hídrica. Segurança Alimentar. Saúde. Tecnologias Inovadoras. Comunidade Local. Vulnerabilidade social e	Marcelo Drügg Barreto Vianna, Sandra Kishi, Lilia Toledo Diniz	Sim	-Política de Gestão de Riscos do Ministério Público da União - Portaria PGR 78/2017 - Lei Federal 12846/2013 - Decreto Federal 8420/2015 - Lei Federal 12334/2010. - Constituição Federal de 1988, em especial arts. 21, VIII, e 225 -Política Nacional de Recursos Humanos - Lei Federal 9432/1997 - Política				Evidências	Pela aprovação, de acordo com parecer pedagógico e com redução para 24 h/a	Projeto adequado, com formato (Aperfeiçoamento) condizente com o objetivo da atividade. Recomenda-se, contudo, que o objetivo da atividade seja alterado para "discutir", e que seja realizada de forma semipresencial, com conteúdos EAD e momentos presenciais	Direito de Desastre Ambiental: prevenção do risco. Valoração do Dano Ambiental. Papel Estratégico do Ministério Público	Sandra Akemi Shimada Kishi	Aperfeiçoamento Semipresencial	24	R\$ 74.560,00		

SEQUÊNCIA	N. PROPOSTA	DADOS DA PROPOSTA														ANÁLISE DA COORDENAÇÃO DE ENSINO	ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA		PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO AO CONAD						
		1. NOME DO PROPONENTE	4. NOME DA ATIVIDADE	5. RAMO	6. TIPO DE ATIVIDADE	7. MODALIDADE	8. CARGA HORÁRIA	9. ORIENTADOR PEDAGÓGICO SUGERIDO	12. OBJETIVO GERAL	13. EMENTA	14. PROFESSORES SUGERIDOS	15. ATIVIDADE FUNDAMENTADA EM BASES NORMATIVAS?	16. BASES NORMATIVAS QUE FUNDAMENTAM A ATIVIDADE	17. ATIVIDADE BASEADA EM EVIDÊNCIAS OU OPINIÕES?	18. Se proposta de lançamento de livro: NOME DO LIVRO	19. Se proposta de lançamento de livro: RESUMO	21. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	PARECER DA RESPECTIVA COORDENAÇÃO DE ENSINO	TEMA OFERTADO EM 2/2021?	PARECER PEDAGÓGICO	Atividade Acadêmica	Orientador Pedagógico	Tipo de atividade	Carga horária	Estimativa de custos
218		Laboratório de Inovação e Aprendizagem (LIA/ASSEIN/SE CIN)	Lei de inovação e startups: o papel do Ministério Público na inovação aberta	ESMPU	Curso	EAD síncrono	9	Raquel Vidal da Costa	Explorar com os integrantes do Ministério Público as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação; os instrumentos legais para a promoção da inovação; e como a inovação aberta tem criado novas possibilidades de Ao final do curso o participante deverá ser capaz de: Desenvolver competências para inovação, a partir de uma visão sistêmica e empática da realidade dos cidadãos, aplicando técnicas capazes de auxiliar na resolução de Apresentar perspectivas afrocêntricas e afrodiáspóricas e sua contribuição para a inovação e o desenho de produtos, processos e políticas públicas com impacto social.	1. A inovação em seu sentido tradicional e a passagem para a inovação aberta. 1.1. Conceitos e novas dinâmicas de atuação. 2. O desenvolvimento das políticas de ciência, tecnologia e inovação e os principais dispositivos da Lei nº 13.243/2016. 2.1. Tratativa das políticas públicas e os avanços - Inovação e criatividade: Conceitos. - Diferença entre inovação e criatividade. - Principais mitos e barreiras à criatividade e à inovação no serviço público. - Competências de inovação para o Setor Público. - Mundo BANI. - Soft/human skills (competências humanas e - O que é afrofuturismo; - O que é pluriversalidade; - O que é afroceticidade; - Breve panorama e papel da filosofia africana e afrodiáspórica no Brasil, bem como a importância de conhecer essas contribuições intelectuais.	Tatiana Fiúza	Sim	Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito da administração pública. Regimento Interno (Resolução CONAD nº 05/2020): "Art. 30. Ao Laboratório de Inovação e Aprendizagem (LIA) compete: I - impulsionar, coordenar, orientar e acompanhar as atividades de inovação no âmbito da ESMPU e do MPU; II - disseminar informações, ferramentas e experiências de inovação no âmbito da ESMPU e do MPU;	Evidência				Favorável à realização. Priorizado para realização do 1º semestre de 2022.	Não	Projeto adequado, com formato condizente com o objetivo da atividade.	Lei de inovação e startups: o papel do Ministério Público na inovação aberta	Raquel Vidal da Costa	Aperfeiçoamento EAD Remoto	9	R\$ 5.000,00
219		Laboratório de Inovação e Aprendizagem (LIA/ASSEIN/SE CIN)	Inovação e Criatividade no setor público	ESMPU	Curso	EAD síncrono	16	Jaqueline Barbosa Pinto Silva			Luana Silveira de Faria	Sim			Datas previamente agendadas com os docentes: 9 a 12/05		Favorável à realização. Priorizado para realização do 1º semestre de 2022.	Não	Projeto adequado, com formato condizente com o objetivo da atividade.	Inovação e Criatividade no setor público	Jaqueline Barbosa Pinto Silva	Aperfeiçoamento EAD Remoto	16	R\$ 6.320,00	
220		Laboratório de Inovação e Aprendizagem (LIA/ASSEIN/SE CIN)	Minicurso sobre inovação e afrofuturismo	ESMPU	Curso	EAD síncrono	8	Sávio Neves do Nascimento			Morena Mariah	Sim					Favorável à realização. Priorizado para realização do 1º semestre de 2022.	Não	Projeto adequado, com formato condizente com o objetivo da atividade.	Minicurso sobre inovação e afrofuturismo	Sávio Neves do Nascimento	Aperfeiçoamento EAD Remoto	8	R\$ 10.000,00	